

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

PERÍODO: 06/03/2023 a 10/03/2023



LOCAL: CERRO GRANDE DO SUL/RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 30°30'49.1"S 51°53'55.2"W

OPERAÇÃO: 00301/2023



ÍNDICE

1. EQUIPE	3
2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL (EMPREGADOR)	3
3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	
4. DA AÇÃO FISCAL	
4.1. Das informações preliminares	
5. CONCLUSÃO	5



1. EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ditores-Fiscais do Trabalho	
NISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL

- 2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL (EMPREGADOR)
- Nome:
- Endereço do empregador:

3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados alcançados	00
Trabalhadores sem registro	00
Trabalhadores registrados durante a ação fiscal — Homens	00
Trabalhadores registrados durante a ação fiscal – Mulheres	00
Resgatados – total	00
Mulheres resgatadas	00



Adolescentes resgatados (menores de 16 anos)	00
Adolescentes resgatados (entre 16 e 18 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros	00
Trabalhadores estrangeiros registrados na ação fiscal	00
Trabalhadores estrangeiros resgatados	00
Trabalhadores estrangeiros – mulheres resgatadas	00
Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Guias de seguro desemprego do trabalhador resgatado	00
Valor bruto das rescisões	00
Valor líquido recebido das verbas rescisórias	00
Valor dano moral individual	00
Valor dano moral coletivo	00
FGTS mensal recolhido no curso da ação fiscal	00
Nº de autos de infração lavrados	00
Termos de apreensão de documentos	00
Termos de Ajustamento de Conduta (MPT e DPU)	00
Termos de interdição lavrados	00
Termos de suspensão de interdição	00
Prisões efetuadas	00

4. DA AÇÃO FISCAL

4.1. Das informações preliminares

Na data de 06/03/2023, teve início ação fiscal realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM, composto por 4 (quatro) Auditores-Fiscais do Trabalho; 1 (um) Procurador do Trabalho; 2 (dois) Agentes de Segurança Institucional do Ministério Público do Trabalho; 1 (um) Defensor Público Federal e 5 (cinco) Agentes de Polícia Federal; na modalidade Auditoria Fiscal Mista, conforme Regulamento de Inspeção do Trabalho - RIT, aprovado pelo Decreto Federal nº 4.552 de 27/12/2002, art. 30, § 3º, em um estabelecimento localizado no município de Cerro Grande do Sul/RS motivado por denúncia registrada no Sistema Ipe sob Protocolo nº 1063967 na data de 17/01/2023 com o seguinte teor "Foram contratados na localidade de Garambeu para irem para os Matos cortar madeira de acácia e eucalipto em local distante 20 km da serraria , sem banheiro e sem local adequado para refeição Sendo que trabalham de sol a sol sem condições de trabalho".



Chegando ao local, nas coordenadas geográficas 30°30'49.09510"S 51°53'55.1852"W, a equipe conversou com o Sr ue informou que fazia o corte para a serraria dos a preço de empreitada, que ele operava a motosserra, possuía treinamento que foi comprovado, e às vezes utilizava o tio como ajudante, mas que o último corte foi há cerca de uma semana.

5. CONCLUSÃO

Em face do exposto, não foi realizado qualquer ato de fiscalização, o que impossibilitou a identificação da ocorrência de práticas que caracterizassem submissão de trabalhadores a condição análoga à de escravo.

Destarte, sugere-se o envio deste Relatório aos órgãos de praxe para as providências pertinentes.

Brasília, 6 de março de 2023.

Auditor-Fiscal do Trabalho

Coordenador do GEFM